



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

VOTO DE AGRADECIMENTO

Subscritora: a Mesa da AME

A AME deliberou realizar uma audição pública sobre a problemática do funcionamento do ATERRO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS URBANOS DE ÉVORA, tendo convidado, para o efeito, várias entidades com responsabilidades directas e indirectas na matéria, a fim de que fosse possível recolher informações úteis e objectivas para o esclarecimento dos deputados municipais e da opinião pública.

Das cinco entidades convidadas, quatro (a Universidade de Évora, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a Associação de Municípios do Distrito de Évora e a GESAMB) fizeram-se representar condignamente e propiciaram esclarecimentos de grande utilidade e de elevada qualidade técnica e científica, pelo que a Assembleia Municipal de Évora louva e agradece o seu empenhamento de colaboração sincera com a comunidade onde estão inseridas e servem.

Évora, 18 de Dezembro de 2004

(Aprovado por unanimidade)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

VOTO DE PROTESTO

Subscritora: a Mesa da AME

A AME lamenta profundamente que a A.R.S. do Alentejo, contrariamente ao seu dever de servir, cooperar e tranquilizar a comunidade onde está inserida, tenha revelado o procedimento eticamente reprovável, perante a AME, ao não ter honrado, sem sequer ter tido a delicadeza de o justificar, o compromisso que tinha assumido de colaborar no esclarecimento da opinião pública através da audição promovida pela AME sobre a problemática do funcionamento do ATERRO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS URBANOS DE ÉVORA.

A ARS foi, assim, a única entidade relevante que não pôde ser questionada.

Évora, 18 de Dezembro de 2004

(Aprovado por unanimidade)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

VOTO DE PESAR

Subscritores: Jorge Lourido, Raimundo Cabral e João Andrade Santos

A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 18 de Dezembro de 2004, nos Paços do Concelho, manifesta as mais sentidas condolências à deputada municipal, Dra. Maria Helena Zuber e aos seus filhos Inês e David, pelo falecimento do seu ente querido, esposo e pai, Urs Zuber, investigador e cidadão do mundo, que escolheu Évora para viver.

Évora, 18 de Dezembro de 2004

(Aprovado por unanimidade)



MOÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL

Subscritores: Jorge Lourido, Raimundo Cabral e João Andrade Santos

Considerando que a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas é inseparável da luta e da resistência à política de direita, posta em prática pelos governos de maioria PSD/CDS.

Considerando que essa luta, pela defesa de direitos, serviços e justiça social, envolveu vastíssimos sectores da população – trabalhadores dos diferentes sectores de actividade, mulheres, jovens, reformados, desempregados, utentes dos serviços públicos, micro, pequenos e médios empresários e agricultores – foi elemento decisivo para o isolamento dos governos de direita PSD/CDS.

Considerando que o progressivo isolamento do governo foi potencializado por uma governação desastrosa e incompetente, marcada por escândalos sucessivos, incoerências, instabilidade interna e descrédito internacional.

A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 18 de Dezembro de 2004, nos Paços do Concelho, decide:

- Manifestar o apoio à decisão de Sua Ex.^a o Presidente da República, de dissolver a Assembleia e convocar eleições antecipadas.
- Encarar o próximo acto eleitoral como uma oportunidade para que a nova Assembleia da República e o novo executivo dela emanado adopte políticas que:
 - Ponham fim ao estrangulamento financeiro das autarquias, nomeadamente através de transferências transparentes, que permitam fazer face aos encargos derivados das novas competências e para combater os desequilíbrios entre o litoral e o interior;
 - Cumpram o preceito constitucional que determina a constituição das Regiões Administrativas;
 - Combatam o desemprego, nomeadamente através do fomento da actividade produtiva;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Adoptem uma política fiscal assente na justiça social e de combate à fraude e evasão;
- Garantam serviços públicos de qualidade – saúde, educação, justiça – e prestações sociais dignas;
- Revoguem o famigerado Código do Trabalho, do Ministro Bagão Félix;
- Aprovelem uma efectiva lei de despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez;
- Defendam, no quadro da União Europeia e outras instâncias internacionais, a integridade e os interesses de Portugal, assim como a cooperação e a Paz.

Évora, 18 de Dezembro de 2004

(Aprovada por maioria, com 29 votos a favor, do PS e da CDU, 2 votos contra do PSD e 6 abstenções do PS)